

Nieves Sanz Mulas

MANUAL DE POLÍTICA CRIMINAL

COM COMENTÁRIOS SOBRE A REALIDADE
BRASILEIRA POR LUIZ RENÊ G. DO AMARAL E
MARINA FRANCO LOPES M. FILIZZOLA





Copyright© 2019 by Nieves Sanz Mulas

Editor Responsável: Aline Gostinski

Capa e Diagramação: Carla Botto de Barros

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO:

EDUARDO FERRER MAC-GREGOR POISOT

Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Investigador do Instituto de Investigações Jurídicas da UNAM - México

JUAREZ TAVARES

Catedrático de Direito Penal da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Brasil

LUIS LÓPEZ GUERRA

Magistrado do Tribunal Europeu de Direitos Humanos. Catedrático de Direito Constitucional da Universidade Carlos III de Madrid - Espanha

OWEN M. FISS

Catedrático Emérito de Teoria de Direito da Universidade de Yale - EUA

TOMÁS S. VIVES ANTÓN

Catedrático de Direito Penal da Universidade de Valência - Espanha

1154331

S239

Sanz Mulas, Nieves

Manual de política criminal / Nieves Sanz Mulas ;
tradução Luiz Renê G. do Amaral e Marina Franco
Lopes M. Filizzola. – 1.ed. – Florianópolis : Tirant lo
Blanch, 2019.
316p.

ISBN: 978-85-9477-286-2

1. Conceito. 2. História. 3. Política criminal. I. Título.

CDU: 343

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais.

A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art.184 e §§, Lei nº 10.695, de 01/07/2003), sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à Tirant Empòrio do Direito Editorial Ltda.



Todos os direitos desta edição reservados à Tirant lo Blanch.

Av. Embaixador Abelardo Bueno, 1 - Barra da Tijuca

Dimension Office & Park, Ed. Lagoa 1, Salas 510D, 511D, 512D, 513D

Rio de Janeiro - RJ CEP: 22775-040

www.tirant.com.br - editora@tirant.com.br

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - APROXIMAÇÃO CONCEITUAL À POLÍTICA CRIMINAL	15
I. CONCEITO E NATUREZA	15
II. A POLÍTICA CRIMINAL COMO PARTE DA POLÍTICA ESTATAL	16
1. Estados totalitários e política criminal	16
2. A política criminal nos Estados democráticos: os direitos fundamentais como limite	17
3. A prevenção do crime em um Estado social e democrático de Direito	19
III. A POLÍTICA CRIMINAL COMO DISCIPLINA	21
1. Objeto e método	21
2. Funções da Política Criminal	22
3. Relação da Política criminal com o Direito penal e a Criminologia	23
A) Política criminal e Direito penal	24
B) Política Criminal e Criminologia	26
IV. POSSÍVEIS PROPOSTAS DA POLÍTICA CRIMINAL	27
1. Políticas sociais: especial referência à política educativa	27
2. Políticas de meios de comunicação	29
3. Outras propostas jurídicas: o Direito administrativo sancionador	30
4. Meios de solução dos conflitos extrapenais: a justiça restauradora	30
5. Propostas penais	31
V. BREVES COMENTÁRIOS SOBRE A POLÍTICA CRIMINAL BRASILEIRA	32
BIBLIOGRAFIA	33
 CAPÍTULO 2 - EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA POLÍTICA CRIMINAL: TRANSFORMAÇÃO DOS MODELOS DE REAÇÃO SOCIAL	 35
I. INTRODUÇÃO: A CONCEPÇÃO PRÉ-CIENTÍFICA DO DELITO	35
II. DIREITO PENAL E ESTADO LIBERAL DE DIREITO: A ESCOLA CLÁSSICA	36
III. A EVOLUÇÃO PARA O ESTADO SOCIAL DE DIREITO E A ESCOLA POSITIVA	39
1. O trânsito para o Estado social de Direito e o surgimento do positivismo	39
2. O positivismo criminológico e o surgimento da “periculosidade” (perigosismo)	39
3. O positivismo crítico: do correccionalismo espanhol e a <i>Terza Scuola</i>	40
A) O correccionalismo espanhol	41
B) A <i>Terza Scuola</i>	42
4. O Positivismo jurídico	42
A) O delito como infração da lei: o positivismo normativista de BINDING	42
B) Von LISZT e sua direção político criminal: a correção civil como fim da pena	43
5. A direção político criminal espanhola	44
IV. O AUTORITARISMO POLÍTICO CRIMINAL	45

1. O autoritarismo soviético e política criminal	46
2. A política criminal do fascismo italiano	46
3. A política criminal do franquismo espanhol	47
4. A política criminal do nacional-socialismo alemão	48
V. O ABOLICIONISMO: MÉRITOS E CRÍTICAS	50
BIBLIOGRAFIA	51

CAPÍTULO 3 - A POLÍTICA CRIMINAL ATUAL: DO WELFARISMO PENAL À POLÍTICA DA EXCLUSÃO.....53

I. O ESTADO DE BEM-ESTAR E SUA POLÍTICA CRIMINAL	53
1. Origens do Estado social de Direito (<i>welfare State</i>)	53
2. Crise do positivismo e concepção funcional do delito	54
A) O funcionalismo moderado de ROXIN: a Política Criminal como limite do Direito penal	55
B) O funcionalismo radical de JAKOBS: a prevenção geral positiva como fim da pena	55
3. A cooperação e proteção internacional dos Direitos Humanos: a internacionalização do Direito penal	56
A) Cooperação internacional: a ONU e a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948	57
B) Surgimento de um Direito Internacional dos Direitos Humanos	57
C) O Convênio Europeu para a Proteção dos Direitos Humanos e as Liberdades Fundamentais de 1950	58
II. TRAÇOS DA SOCIEDADE ATUAL	59
1. Crise do <i>Welfare State</i> e neoliberalismo	59
2. Globalização e sociedade do risco	61
III. POLÍTICA CRIMINAL NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO	63
1. Direito penal simbólico	64
2. Direito penal do risco	66
A) A estratégia da “tolerância zero”	66
B) A administrativização do Direito penal	67
3. Direito penal do inimigo e anti-garantismo penal e processual	68
A) Dimensão teórica: o Direito penal do inimigo de JAKOBS	68
B) Dimensão prática: os atentados de 11 de setembro	69
IV. BREVES COMENTÁRIOS À REALIDADE BRASILEIRA	70
BIBLIOGRAFIA	71

CAPÍTULO 4 - A POLÍTICA CRIMINAL NA ESPANHA.....73

I. SEUS LIMITES CONSTITUCIONAIS	73
1. Princípios reitores da política criminal: segurança, legalidade e dignidade do ser humano	73
2. Princípios reitores do <i>ius puniendi</i>	74
A) Princípio da exclusiva proteção de bens jurídicos como fonte legitimadora do Direito penal	74
B) Princípio da legalidade e garantias processuais, penais e penitenciárias	75
C) Princípio da ação material ou Direito penal do fato	76

D) Princípio da intervenção mínima	76
E) Princípio da culpabilidade.	77
F) Princípio da proporcionalidade.	78
G) Princípio da humanidade das penas	78
H) Princípio da ressocialização das penas e medidas privativas de liberdade.	78
I) Princípio do reconhecimento das vítimas.	79
J) Princípio da cooperação internacional	79
3. Conclusões valorativas	80
II. AS REFORMAS PENAIS E SUA POLÍTICA CRIMINAL: O NOVO AUTORITARISMO POLÍTICO CRIMINAL NA ESPANHA	80
1. O ano 2000 e o início da “persecução” dos imigrantes ilegais	81
2. As reformas penais de 2003 e a passagem para um Código penal da segurança	81
3. A LO 1/2004, de 28 de dezembro, de Medidas de Proteção Integral contra a Violência de Gênero: violência doméstica vs violência de gênero	83
4. A LO 15/2007 e a reforma dos delitos contra a segurança viária: a saturação dos juízos	84
5. A LO 5/10, de 22 de junho de reforma do CP e a medida de liberdade vigilada	84
6. A Lei Orgânica 1/15, de 30 de março, de reforma do CP e a reintrodução da prisão perpétua	85
7. Em direção a um Direito penal de pequenos inimigos: as reformas da Lei penal do menor	85
8. Conclusões valorativas: o fantasma do inimigo na legislação penal espanhola	87
III. REALIDADE CRIMINAL NA ESPANHA E SUA COMPARAÇÃO COM OUTROS PAÍSES DA UNIÃO EUROPEIA.	88
1. Criminalidade real vs criminalidade percebida: a tendência mundial de um Direito penal do inimigo	88
2. Realidade deliquencial na Espanha e sua comparação com outros países europeus: os custos sociais do populismo penitenciário.	89
IV. SUCINTA ADEQUAÇÃO À REALIDADE DO BRASIL	92
BIBLIOGRAFIA	93
CAPÍTULO 5 - OS ATORES DA POLÍTICA CRIMINAL.....	95
I. A INTERNACIONALIZAÇÃO DO DIREITO PENAL.....	95
1. Criminalidade transnacional e internacionalização do Direito penal	95
2. A influência das políticas da União Europeia	96
II. MEIOS DE COMUNICAÇÃO E PUNITIVISMO.....	98
1. Meios de comunicação, opinião pública e política criminal	98
2. <i>Agenda-setting</i> e relevância do criminoso	99
3. A técnica do “framing” e sua influência na política criminal.....	101
A) O protagonismo absoluto da vítima	101
B) Desumanização do delinquente	102
C) Pena como retribuição	102

D) Desprezo das garantias penais e processuais e imagem distorcida da justiça.	102
III. OS PODERES DEFINIDORES DA AGENDA MUDIÁTICA	104
1. Partidos políticos e meios de comunicação	104
2. Associações de vítimas e outros grupos de interesse	105
3. Controle dos meios e responsabilidade deontológica	106
4. O papel central da academia	107
IV. BREVES COMENTÁRIOS À REALIDADE BRASILEIRA	107
BIBLIOGRAFIA	109
 CAPÍTULO 6 - POLÍTICA CRIMINAL NA TUTELA DA VIDA	 111
I. A PROTEÇÃO DA VIDA COMO BEM JURÍDICO FUNDAMENTAL	111
II. HOMICÍDIO VS. ASSASSINATO	112
III. O DEBATE FRENTE AO SUICÍDIO E A EUTANÁSIA	115
1. Delineamentos do problema: existe o direito a dispor da própria vida?.	115
2. Proposta alternativa	118
IV. O CONSENTIMENTO DA GESTANTE E O DELITO DE ABORTO.	120
1. Exposição do problema	120
2. Evolução da política criminal espanhola em matéria de aborto: o atual sistema de prazos	120
A) O sistema comum de penalização (CP 1973- reforma de 1985)	120
B) O sistema de indicações (1985 – reforma LO 2/10)	121
C) O atual sistema de prazos	122
V. BREVES COMENTÁRIOS À REALIDADE BRASILEIRA	124
BIBLIOGRAFIA	125

 CAPÍTULO 7 - POLÍTICA CRIMINAL FRENTE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE GÊNERO	 127
I. A MARCA SOCIAL DA VIOLÊNCIA FAMILIAR E DE GÊNERO	127
II. EVOLUÇÃO DA POLÍTICA CRIMINAL NO ASSUNTO	128
1. Problemas do conceito	128
2. Evolução legislativa	128
A) Política criminal até o CP de 1995	128
B) As reformas de 1999 e a ordem de afastamento.	130
C) As reformas do ano 2003: distinção entre violência habitual e não habitual e imposição obrigatória da ordem de afastamento	130
D) A LO 1/2004, de 28 de dezembro, de Medidas de Proteção Integral contra a Violência de gênero.	131
III. DEBILIDADES E POSSÍVEIS ALTERNATIVAS À POLÍTICA CRIMINAL ADOTADA	132
1. Direito penal simbólico e violação do princípio da <i>ultima ratio</i>	132
2. O castigo majoritário dos atos leves de maltrato em detrimento da verdadeira violência machista (art. 173.2 CP)	133
3. A vulnerabilidade da mulher como ponto de partida e a imposição obrigatória da ordem de afastamento	134

4. Lei contra a violência de gênero e discriminação positiva da mulher?	136
5. Medidas cíveis: a ordem de proteção e o “fantasma” das denúncias falsas .	137
6. Apoio às vítimas e educação em igualdade	138
7. A mediação como alternativa à intervenção penal.	139
IV. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE GÊNERO NO BRASIL	140
BIBLIOGRAFIA	141

CAPÍTULO 8 - TUTELA PENAL DA LIBERDADE E INDENIDADE SEXUAL. 143

I. DELINEAMENTOS GERAIS	143
1. Sexualidade e Estado autoritário: a concepção moralizante da sexualidade na Espanha franquista	143
2. Sexualidade e Estado democrático: a sexualidade como liberdade na Espanha constitucional	144
II. EVOLUÇÃO DA POLÍTICA CRIMINAL NA MATÉRIA.	145
1. O Código Penal espanhol e a mudança de rumo: da honestidade à liberdade sexual como bem jurídico protegido.	146
2. A reforma de 1999 e a reintrodução do delito de corrupção de menores .	146
3. Leis orgânicas 11/2003 e 15/2003: introdução do proxenetismo e ampliação da pornografia infantil	147
4. Lei orgânica 5/10 e a proteção específica da liberdade sexual de menores de 13 anos.	147
5. Lei orgânica 1/15 e a elevação da idade para o consentimento sexual aos 16 anos	148
III. POLÍTICA CRIMINAL E TUTELA DA LIBERDADE SEXUAL DE MENORES.	149
1. O retorno a uma moralização da sexualidade dos menores.	149
A) Elevação da idade para o consentimento sexual aos 16 anos	149
B) Manutenção do crime de corrupção de menores.	150
C) Ampliação da pornografia infantil	151
2. A necessidade de uma política criminal coerente com a realidade social do século XXI.	152
3. Propostas alternativas: a necessária melhora dos mecanismos processuais	154
IV. POLÍTICA CRIMINAL FRENTE À PROSTITUIÇÃO.	156
1. Apresentação do problema.	156
2. Entre o abolicionismo e o proibicionismo suave da Lei Orgânica 4/15 de Proteção da Segurança Cidadã	157
A) Âmbito penal e modelo abolicionista: o delito de proxenetismo do art. 187.1 do Código Penal espanhol	157
B) Âmbito laboral e a diferença entre o serviço de acompanhante e de prostituição .	158
C) Âmbito administrativo e proibicionismo suave: as ordenanças municipais e a Lei Orgânica 4/15 de Proteção da Segurança Cidadã.	158
3. Proposta alternativa: a uma regulamentação da prostituição.	160
A) Descriminalização da prostituição mediante a eliminação do proxenetismo	160
B) Modelo regulamentador e reformas laborais e administrativas.	161

V. BREVES COMENTÁRIOS À REALIDADE BRASILEIRA	162
BIBLIOGRAFIA	165

CAPÍTULO 9 - O DESAFIO DO CRIME ORGANIZADO

TRANSNACIONAL	167
I. O FENÔMENO DA DELINQUÊNCIA ORGANIZADA	167
1. Análise do problema.	167
2. Contornos da delinquência organizada na Espanha	169
II. A LUTA INTERNACIONAL CONTRA DELIQUÊNCIA ORGANIZADA TRANSNACIONAL	170
1. O desafio da delinquência transnacional.	170
2. Harmonização penal e conceito de criminalidade organizada transnacional .	171
III. O DIREITO PENAL ESPANHOL FRENTE À DELINQUÊNCIA ORGANIZADA	172
1. Os limites do Direito Penal tradicional	172
2. Figuras penais frente ao crime organizado	173
3. Os delitos de integrar organização criminosa ou associação criminal (arts. 570 bis e 570 ter)	174
A) Conceito de organização criminosa e associação criminal: problemas de delimitação ..	174
B) Problemas concursais com o delito associativo simples e os tipos qualificados	176
4. Crime organizado e execução das penas: a especial situação dos imigrantes ilegais	177
5. Conclusões valorativas: o expansionismo e antigarantismo penal frente à criminal organizada	178
IV. DESAFIOS POLÍTICO-CRIMINAIS	179
1. Direito Penal e criminalidade organizada	179
2. Contornos internacionais e a necessária harmonização penal e processual. .	180
3. Criminalidade organizada transnacional e princípio da justiça universal. .	182
4. Especial consideração com as vítimas do crime organizado	183
A) Dispersão e vulnerabilidade das vítimas da delinquência organizada	183
B) A vítima no sistema penal: as debilidades do novo Estatuto jurídico espanhol sobre a vítima	184
5. Crime organizado vs emigração: a necessária intervenção socioeconômica em nível mundial.	186
V. A REALIDADE BRASILEIRA FACE À CRIMINALIDADE ASSOCIATIVA ...	188
BIBLIOGRAFIA	190

CAPÍTULO 10 - POLÍTICA CRIMINAL FRENTE À IMIGRAÇÃO

IRREGULAR E AO TRÁFICO DE SERES HUMANOS.	191
I. O FENÔMENO MIGRATÓRIO E SEUS CONTORNOS NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO	191
1. O Fenômeno migratório como realidade histórica e global	191
2. Do acolhimento ao rechaço da imigração	192
3. A maxicriminalização dos imigrantes como novos sujeitos criminosos ...	193

4. A Lei de Estrangeiro e o controle da imigração.....	194
II. O DIREITO PENAL FRENTE AO ESTRANGEIRO COMO NOVO SUJEITO PERIGOSO.....	195
1. A expulsão de estrangeiros condenados a penas de prisão superiores a 1 ano (art. 89 do CP espanhol).....	196
2. Crimes contra os direitos dos trabalhadores estrangeiros sem autorização de trabalho (arts. 311 bis e 312.2 do CP espanhol)	197
3. Política Criminal frente à imigração clandestina.	198
A) Delineamentos do problema: fatores de atração e expulsão	198
B) O castigo da colaboração de terceiros na imigração ilegal (art. 318 bis CP espanhol) ..	199
C) O enfoque de tráfico e a hipocrisia da política migratória europeia: os limites com a Lei de Estrangeiro	200
4. Política Criminal alternativa frente à promoção de migração ilegal.....	202
III. O TRÁFICO DE SERES HUMANOS.....	204
1. Delineamento do fenômeno.....	204
2. Política criminal espanhola frente ao tráfico de seres humanos	205
A) Evolução legislativa: sua diferença com o delito de promoção de migração ilegal ..	205
B) Identificação e proteção das demais vítimas do tráfico humano.	210
C) A ineficácia da atual política criminal: o necessário enfoque da vítima como questão central	210
IV. A MIGRAÇÃO ILEGAL NO BRASIL. DIREITO PENAL DO INIMIGO À VISTA?.....	212
BIBLIOGRAFIA	214
 CAPÍTULO 11 - A POLÍTICA CRIMINAL EM MATÉRIA DE DROGAS ..	217
I. A HISTÓRIA DO “PROBLEMA DA DROGA” NA ESPANHA	217
II. EVOLUÇÃO DA POLÍTICA CRIMINAL ESPANHOLA EM MATÉRIA DE DROGAS ILÍCITAS	218
1. Lei 44/1971, de 15 de novembro, de reforma do Código Penal espanhol frente a hippies e psicodélicos	218
2. Reforma urgente e parcial de 1983 e contrarreforma de 1988	219
3. A incorporação da Convenção de Viena na reforma do Código Penal espanhol de 1992 e a promulgação da Lei de Segurança Nacional.....	220
4. Lei Orgânica 10/95, de 23 de novembro. Código Penal espanhol	221
5. Últimas reformas em matéria de drogas ilícitas: leis orgânicas 5/10, de 22 de junho, e 1/15, de 30 de março.....	222
III. TRÁFICO DE DROGAS E PRÁTICAS JUDICIAL E SOCIAL.....	223
1. A saúde pública como bem jurídico protegido	223
2. Prática judiciária e abandono progressivo da tolerância zero	224
3. Mudança da realidade social e criminológica do “problema das drogas” ..	225
A) Os clubes de maconha	226
B) A tendência à legalização.....	227
IV. PENALIZAÇÃO VS. LEGALIZAÇÃO: AS BASES DA POLÊMICA	228
1. Liberdade individual versus saúde pública: o Estado Social por cima do	

Estado de Direito?	228
2. Fundamentação da proibição.	229
V. INEFICÁCIA DA ATUAL POLÍTICA CRIMINAL E ANÁLISE DE ALTERNATIVAS	231
1. Ineficácia da atual política criminal punitivista	231
2. Política criminal alternativa: a legalização do tráfico de drogas e o controle estatal de sua comercialização	233
3. Necessários contornos internacionais da política criminal alternativa ...	234
VI. A POLÍTICA CRIMINAL ANTIDROGAS NO BRASIL.....	236
BIBLIOGRAFIA	238

CAPÍTULO 12 - CRIMINALIDADE E PODER: POLÍTICA CRIMINAL FRENTE À CORRUPÇÃO E À CRIMINALIDADE DE COLARINHO BRANCO.....	239
I. DELINEAMENTOS GERAIS	239
1. Globalização, corrupção e crime organizado.....	239
2. O caráter especialmente daninho da corrupção pública	241
II. CORRUPÇÃO E DELINQUÊNCIA DE COLARINHO BRANCO	242
1. Poder econômico e corrupção política.....	242
2. Delinquência de colarinho branco e criminalidade organizada	243
III. A CORRUPÇÃO NA ESPANHA E A TRADICIONAL IMPUNIDADE DOS PODEROSOS.....	244
IV. MEDIDAS CONTRA A DELINQUÊNCIA DE COLARINHO BRANCO ...	248
1. Delinquência de colarinho branco e delitos socioeconômicos	248
2. Responsabilidade penal das pessoas jurídicas e criminalidade transnacional	248
V. MEDIDAS CONTRA A CORRUPÇÃO PÚBLICA	250
1. Os delitos contra a Administração Pública: problemas em sua aplicação ..	250
2. O delito de financiamento ilegal de partidos políticos (art. 304 bis do CP espanhol)	252
VI. PROPOSTAS POLÍTICO-CRIMINAIS.....	254
1. Atuações preventivas: controle administrativo da gestão e a necessária consciência social.....	254
2. Melhorias no sistema penal e processual	256
A) Especialização, meios e independência de juízes e promotores.....	256
B) A figura da acusação popular.....	257
C) Racionalização dos foros por prerrogativa de função.....	258
D) Revisão da política de indultos.....	258
E) Reforma da legislação urbanística e ambiental. Maior controle administrativo das irregularidades.....	258
F) A ressocialização como finalidade da pena.....	259
5. Cooperação internacional na recuperação de ativos e fim das anistias fiscais	259

VII. O BRASIL E O FENÔMENO DA CORRUPÇÃO E DA CRIMINALIDADE DE COLARINHO BRANCO	261
BIBLIOGRAFIA	263

CAPÍTULO 13 - POLÍTICA CRIMINAL FRENTE TERRORISMO 265

I. DELINEAMENTOS GERAIS	265
1. O terrorismo como grande desafio da política criminal	265
2. O terrorismo do ETA e o terrorismo islâmico	266
A) O terrorismo nacional do ETA	266
B) O terrorismo internacional islâmico	267
II. POLÍTICA CRIMINAL INTERNACIONAL FRENTE AO TERRORISMO ..	269
1. Conceito de terrorismo: elementos integradores	269
A) Estrutura organizativa: as especiais características do terrorismo jihadista	270
B) Componente ideológico: o terrorismo de Estado	270
C) Instrumentalização da violência	271
2. As guerras preventivas e o Direito Penal do Inimigo como estratégia internacional de combate ao terrorismo	272
III. POLÍTICA ANTITERRORISTA NA ESPANHA	273
1. Evolução legislativa em direção do cumprimento integral da condenação (Lei Orgânica 7/2003)	273
2. A Lei Orgânica 5/10, de 22 de junho, e a punição da captação e doutrinação	275
3. O pacto antiterrorista e a Lei Orgânica 2/15, de 31 de março: a guerra contra o terrorismo e o regresso à prisão perpétua	275
A) Ampliação do conceito de terrorista	276
B) A extensão da punição mediante colaboração	278
C) Ampliação do delito de apologia ao terrorismo e humilhação das vítimas	278
D) Incremento das penas e incorporação da prisão perpétua com revisão periódica ..	278
4. Direito processual e suspensão das garantias para o investigado terrorista	279
5. A excepcionalidade no âmbito penitenciário	279
6. Conclusões valorativas: terrorismo e Direito Penal do Inimigo	280
IV. ALTERNATIVAS POLÍTICO-CRIMINAIS CONTRA O FENÔMENO TERRORISTA	282
1. Direito Penal <i>vs</i> guerra preventiva: a necessidade de um conceito consensual de terrorismo	282
2. O Direito Penal garantista frente ao terrorismo: a ressocialização como finalidade da pena	283
3. A necessidade de acabar com o financiamento e de atuar em suas causas políticas	283
4. Soluções frente ao desafio das sociedades paralelas	285
A) Integração e educação dos jovens muçulmanos europeus	287
B) Colaboração das mesquitas e contranarrativa da própria comunidade muçulmana para acabar com a islamofobia	287
5. Proposta alternativa para a legislação penal espanhola	289
V. POLÍTICA CRIMINAL ANTITERRORISTA NO BRASIL	291
BIBLIOGRAFIA	293

CAPÍTULO 14 - DIVERSIDADE CULTURAL E POLÍTICA CRIMINAL	295
I. GLOBALIZAÇÃO E DIVERSIDADE CULTURAL	295
1. Emigração e sociedades multiculturais: o desafio do multiculturalismo	295
2. Cultura de origem vs cultura de acolhida: os conflitos culturais	295
A) Conflitos culturais e emigrações de segunda e terceira geração: as revoltas coletivas	295
B) Sociedades paralelas e radicalização	297
II. MODELOS DE GESTÃO DA DIVERSIDADE CULTURAL	297
1. O modelo assimilacionista francês	297
2. O modelo multiculturalista inglês	298
3. A posição contraditória da Espanha frente ao multiculturalismo: expulsão vs proteção do estrangeiro	299
III. MULTICULTURALISMO E DIREITO PENAL	300
1. Ações contra o racismo e a discriminação: os crimes de ódio	300
A) Análise do problema	300
B) Os crimes de ódio no CP espanhol (art. 510)	302
2. Os delitos culturalmente motivados (delitos culturais ou <i>cultural crimes</i>)	305
A) Análise do problema	305
B) Definição e requisitos	305
C) Delito cultural vs delito cometido por motivo cultural	306
D) Estratégias frente aos delitos culturalmente motivados	306
3. Delitos culturais e o sistema penal espanhol	308
A) Delitos culturalmente motivados e a prática judicial na Espanha	308
B) A posição assimilacionista (discriminatória) do sistema penal espanhol	309
4. Por um modelo multiculturalista de gestão da diversidade cultural: propostas alternativas	311
A) O bem jurídico como limite frente à moralização do Direito Penal	311
B) A necessidade preventiva de pena e a previsão de uma eximente cultural	311
C) Igualdade de direitos e necessidade de se evitar a generalização	312
D) A incluível perspectiva de gênero no debate multicultural	313
IV. DIVERSIDADE CULTURAL E POLÍTICA CRIMINAL NO BRASIL	314
BIBLIOGRAFIA	315